

UMUARAMA E SUA UNIVERSIDADE (2)

LEONARDO PROTA

Doutor em Filosofia
Docente da UEL e FIAPEC

RESUMO

Umuarama e sua Universidade

Inicia-se com o presente uma série de artigos com a finalidade de oferecer um maior detalhamento da idéia de Universidade apresentada no primeiro número da Revista. Aborda-se aqui um primeiro tópico a respeito da recuperação da cultura humanista como condição da construção do conhecimento científico. Segue a proposta de um projeto experimental: "Educação para a cidadania", cuja implementação vem sendo atribuída ao Departamento de Educação e Filosofia, mediante a criação do Programa de Mestrado em Educação, com área de concentração em Educação Básica.

ABSTRACT

With this edition we start a series of articles with the aim of offering a more detailed idea about the University presented on our first number.

We present a first topic concerning to the humanist culture recovery as a condition to build a scientific knowledge. It's followed by the proposal of an experimental project. Education for citizenship - the beginning of which has been attributed the Education and Philosophy Department through the Program of Master's Degree in Education, which the area concentrated in Basic Education.

INTRODUÇÃO

Apresentando um esboço do perfil da Universidade, que se pretende para Umuarama, assumimos o compromisso de maior detalhamento, ao longo dos próximos números de AKRÓPOLIS, esclarecemos que, embora assumida no seu conjunto pela nova Universidade, a proposta a que nos referimos não constitui, ainda, uma realidade vivenciada; encontra-se no plano de horizonte, inspirador de novas iniciativas.

Afirmávamos, nessa portunidade, que "Cultura, Ciência e Valores" são os três momentos que constituem a Universum da Universidade e que o pano de fundo da construção do conhecimento científico é constituído pela preservação e o desenvolvimento da cultura clássica.

Continuando nessa linha de pensamento, mencionamos a proposta do "INSTITUTO DE HUMANIDADES", de São Paulo, a respeito da recuperação da cultura humanística, proposta essa que foi incorporada no processo de consolidação da nossa Universidade.

É esse o primeiro tópico que pretendemos abordar na presente reflexão, evidenciando a prática já em andamento.

* HUMANIDADES, PANO DE FUNDO DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

O Instituto de Humanidades, de São Paulo, cujo Diretor Executivo faz parte do Quadro Docente das FIAPEC, vem desenvolvendo um trabalho de recuperação, preservação e difusão da Cultura humanista, desde 1987.

Nesse contexto, o Instituto elaborou e desenvolveu a programação do CURSO DE HUMANIDADES, cujos objetivos básicos se fundamentam na conceituação de

CULTURA GERAL, que enfatiza os seguintes aspectos:

- I. Familiaridade com os valores de nossa civilização, assimilados criativamente de forma a poder avaliar com equilíbrio a experiência brasileira, enquadrando-a numa adequada perspectiva histórica;
- II. Capacidade de expressar-se de modo correto, mediante o conhecimento da língua portuguesa e das obras clássicas de sua literatura, bem como das regras da lógica formal;
- III. Conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas científicas; e
- IV. Compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento, e que não se secciona em compartimentos estanques; cultivo de atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações; e compromisso com o subseqüente auto-aperfeiçoamento.

A fim de assegurar a consecução de tais objetivos, o CURSO DE HUMANIDADES combina períodos históricos e temas, segundo determinados troncos, que se desdobram da seguinte maneira:

I - HISTÓRIA, CULTURA E ARTES

1. HISTÓRIA DA CULTURA
2. HISTÓRIA POLÍTICA DAS ÉPOCAS MODERNA E CONTEMPORÂNEA (CENTRADA NO PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DAS NAÇÕES).
3. MOMENTOS DECISIVOS DA HISTÓRIA DO BRASIL.
4. - HISTÓRIA DAS ARTES.

II. LÍNGUA E LITERATURA

1. LÍNGUA PORTUGUESA
2. LÍNGUA(S) ESTRANGEIRA(S)
3. HISTÓRIA DA LITERATURA OCIDENTAL (Períodos moderno e contemporâneo).
4. AS GRANDES OBRAS DA LITERATURA DE LÍNGUA PORTUGUESA.

III - POLÍTICA, MORAL, RELIGIÃO E FILOSOFIA

1. POLÍTICA
2. MORAL
3. RELIGIÃO
4. FILOSOFIA

IV - MATEMÁTICA E CIÊNCIAS

1. HISTÓRIA DA CIÊNCIA MODERNA
2. HISTÓRIA DA MATEMÁTICA

Dessa vasta programação, até o momento o Instituto elaborou guias de estudo das seguintes disciplinas: HISTÓRIA DA CULTURA, POLÍTICA, MORAL, RELIGIÃO, FILOSOFIA, CIÊNCIA, LITERATURA e ARTES.

Durante o ano em curso, as FIAPEC estarão oferecendo duas disciplinas, em cursos básicos, HISTÓRIA DA

DA CULTURA E POLÍTICA. De acordo com a avaliação de resultados obtidos no fim do ano letivo, serão oferecidos também as demais disciplinas durante os próximos anos.

O importante é termos iniciado, nas FIAPEC, este processo de recuperação dos estudos humanistas, visto que é só preservando e difundindo a cultura humanista que uma Universidade poderá ter condições de criar ciência.

* PROJETO EXPERIMENTAL:

"Educação para a Cidadania".

O segundo tópico que pretendemos abordar refere-se ao Projeto Experimental EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.

Não resta dúvida de que a nossa Instituição, ciente de que a Pós-Graduação constitui um dos ramos mais produtivo e melhor sucedido do sistema educacional brasileiro, optou por inseri-la em sua linha prioritária de ação, numa visão compreensiva dos diversos graus de ensino. Não é nosso intuito neste momento, tratar da política de Pós-Graduação da Universidade que surge em Umuarama; trataremos disso em outra oportunidade. Pretendemos tão somente abordar um aspecto dessa política, para salientar o que constitui objeto de investigação nossa, durante estes meses, e propôr essa reflexão ao Departamento em que somos lotados, o de Educação e Filosofia.

A Educação constitui vocação específica das FIAPEC, desde sua criação como Instituto Isolado e, nessa tarefa, a Universidade pretende contribuir de forma inovadora e determinante na efetivação de um plano experimental para o 1º Grau, de formação para a cidadania. Esse projeto experimental será consubstanciado no PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO, com área de concentração na EDUCAÇÃO BÁSICA, a ser criado proximamente. Desde já, porém, devem ser discutidas suas linhas gerais, no Departamento de Educação e Filosofia, tomando por base o Projeto elaborado pelo INSTITUTO DE HUMANIDADES, de São Paulo. A sua experimentação dar-se-ia no Colégio de Aplicação da futura Universidade e nas Escolas Municipais da região, nos Municípios que aderirem à idéia.

Trata-se do estudo de reforma curricular no Ensino de Primeiro Grau, passando da concepção atual de grau inicial com vistas ao Ensino Superior para uma nova concepção, de grau terminal, subordinado ao propósito de educar para a cidadania; e, paralelamente, de um trabalho de reciclagem do professorado de 1º grau.

Essa reciclagem dar-se-ia em duas etapas:

- Elevação do nível cultural, a fim de familiarizar os professores com os valores que consubstanciam a idéia de cidadania;
- Treinamento para disciplinas específicas.

O projeto EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA, elaborado pelo INSTITUTO DE HUMANIDADES, parte de um diagnóstico inovador do nosso ensino básico e, em consonância com esse diagnóstico, propõe uma alternativa, que, presumivelmente, será capaz de reverter o quadro desolador que apresenta.

Na visão do INSTITUTO DE HUMANIDADES, não se tem atentado para as circunstâncias determinantes do fracasso da reforma que instituiu o Primeiro e o Segundo Graus de ensino, eliminando a antiga divisão entre primário e secundário, tornando obrigatória as oito primeiras séries. Em primeiro lugar, os países que foram capazes de universalizar esse nível de ensino contavam com a longa tradição da chamada EDUCAÇÃO POPULAR, de caráter confessional e mantido pelas igrejas, tendo travado, no século XIX, a batalha fundamental para torná-lo público e uniforme. Na

tradição luso-brasileira, o ensino primário nunca dispôs da devida autonomia, sendo mesmo um apêndice, por vezes dispensável, dos chamados "preparatórios", isto é, da formação requerida para ingresso no ensino superior.

Além disto, o propósito de democratizar o ensino em nosso país coincidia com o afluxo para as cidades de expressivos contingentes oriundos do campo, onde a escola nunca esteve entre as instituições dignas de apreço. Por iniciativa própria, o público-alvo não estava motivado.

Finalmente, nada se fez para conceber o ensino básico como grau terminal. Ao contrário, acentuou-se o pressuposto de que se trata de familiarizar os alunos com alguns temas a serem revistos e aprofundados nos graus subsequentes. O ensino da matemática passou a reunir-se à teoria dos conjuntos (a chamada matemática moderna, em geral), ministrado por professores mal preparados, diante de alunos perplexos sem saber exatamente qual a finalidade desse aprendizado (afora, naturalmente, ir logo adquirindo familiaridade com matéria incluída no vestibular). Substituiu-se o ensino de geografia física por uma disciplina chamada de "geografia crítica" a serviço exclusivamente da doutrinação política. O ensino de português viu-se minado pela base em decorrência de teorias modernas - sobretudo pressimamente assimiladas - sem lograr algo de coerente e estruturado. A história do Brasil tornou-se uma caricatura, coroada pela disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB) onde as pessoas se sentem à vontade para fazer afirmativas sem o menor compromisso com a verdade. Presentemente, em muitos Estados, procede-se à revisão dessa orientação curricular desastrosa. Os defensores da matemática moderna nesse nível de ensino estão sendo derrotados. Contudo, falta a essa revisão um princípio orientador.

A proposta, portanto, consiste em conceber o ensino básico como grau terminal. Não se trata mais de proporcionar aos alunos apenas a parte introdutória dos temas que irão revêr nos graus subsequentes. Trata-se de ensinar-lhes tudo quanto seja prescindível para torná-los cidadãos. A educação para o trabalho seria transferida para os graus subsequentes.

* FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA

EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA é a denominação que os educadores americanos atribuíram à tarefa ante a qual se encontrou a chamada EDUCAÇÃO POPULAR norte-americana diante do afluxo de imigrantes. Nos Estados Unidos e em diversos países europeus, as escolas primárias assumiram caráter confessional, isto é, estavam ligadas às diversas igrejas. Ao longo do século XIX, sobretudo devido à urbanização decorrente da Revolução Industrial, aquelas escolas viram-se ultrapassadas, tornando-se imperativa a organização de ensino de caráter público.

Entre 1880 e 1920, a população norte-americana expandiu-se de 50 para 105 milhões. Em torno de dez a quinze milhões de emigrantes afluíram ao país em cada um daqueles decênios. Os imigrantes provinham dos diversos países europeus, transformando a nação americana num verdadeiro mosaico de línguas e costumes. A unidade cultural viu-se seriamente ameaçada. À Escola foi atribuída a missão de eliminar esse risco e assegurar a integração. O retumbante sucesso alcançado na consecução de semelhante objetivo grangeou renome internacional aos

educadores que lideraram tal processo, entre estes William James (1842/1910) e John Dewey (1859/1952).

A urbanização experimentada pelo Brasil no período recente coloca-nos numa situação semelhante à dos Estados Unidos no ciclo histórico indicado. Em nosso país, a população urbana cresceu de 13 milhões, em 1940, para 80 milhões em 1980, chegando hoje a ser calculada em 120 milhões.

Provinda do campo, a maioria dos novos habitantes urbanos não tinha maior familiaridade com os denominados valores urbanos. A cidade moderna, mesmo no século XIX, tornou-se o lugar de dramáticas epidemias. O saneamento básico passou a constituir-se numa questão de sobrevivência e também a observância de regras básicas de higiene pessoal e saúde pública. Em nosso meio rural, era o mais completo o desconhecimento de tais aspectos. Ao chegar às cidades, os egressos desse meio não foram atraídos por mecanismos reeducadores.

O fato de que a Escola de Primeiro Grau não tenha conseguido, até hoje, reter a grande massa de seus alunos, estimando-se que só estejamos conseguindo alcançar em torno de 15% do universo que precisaria ser atingido, deve-se, em grande parte, à origem rural do contingente básico de nossos habitantes urbanos.

É necessário, portanto, encontrar formas variadas de atingir os núcleos familiares de nossos contingentes urbanos, despertando-os para o significado da educação para a cidadania.

* UMA RESPONSABILIDADE COLETIVA

A população brasileira de sete aos quatorze anos deve oscilar atualmente em torno de 40 milhões. Supondo-se que a situação da frequência escolar não se haja alterado substancialmente em relação aos anos oitenta, a matrícula no Primeiro Grau - primeira à oitava séries, que seriam obrigatórias para todos, segundo o princípio constitucional - alcança, nos melhores anos, 7,5 milhões de alunos, em torno de 20% da totalidade. O mais grave é que apenas menos de um milhão chega a concluir a oitava série. Disso resulta que da população maior de cinco anos (presumivelmente 127 milhões na atualidade), apenas 70 milhões terá frequentado a escola de Primeiro Grau. Do contingente restante (57 milhões), pelo menos 30 milhões são analfabetos, isto é, não chegaram a passar em qualquer escola. Daquele contingente que terá se aproximado da escola de Primeiro Grau, no máximo 10 milhões há de ter conseguido chegar até a oitava série. Os 47 milhões restantes disporão de poucos anos de escolaridade, o grosso de não mais um ou dois anos.

Num quadro destes, nossas dificuldades vêm-se extremamente agravadas. Precisamos alcançar novos patamares de qualidade e produtividade. Mas como sustentá-los e atrair novos e novos contingentes se não conseguirmos que as atuais gerações rompam o círculo vicioso que as mantém afastadas da escola? O mesmo se pode dizer da qualidade de vida urbana, determinada basicamente por seus próprios cidadãos. Ou da consistência que precisam alcançar nossos partidos políticos, o que requer a participação dos cidadãos não apenas nos processos eleitorais. Em suma, não lograremos erigir uma nação próspera e estável, sem que o ensino fundamental - que pode ser denominado como propriedade de educação para a cidadania, desde que deve ser

colocado ao alcance de todos - ingresse numa fase de reversão do quadro desanimador das últimas décadas.

Para alcançar semelhante objetivo, é imprescindível que as comunidades assumam a parcela da responsabilidade que lhes cabe.

Em todos os municípios, é necessário que as lideranças procurem inteirar-se, junto às autoridades educacionais, dos níveis de evasão registrados nas diversas séries do ensino fundamental. E, a partir de tais levantamentos, promover a realização de encontros e discussões para debater as suas causas e quais as medidas a serem encaminhadas. Tais iniciativas não devem ser simplesmente episódicas mas encontrar as formas que assegurem uma atuação permanente.

Se formos capazes de aceitar que a educação para a cidadania corresponde a uma responsabilidade coletiva, já teremos dado um grande passo.

* A REFORMA CURRICULAR

Presentemente, nos cursos de português da Escola Fundamental não se menciona a literatura brasileira - ou de língua portuguesa - porque esta é matéria do 2º Grau. Pela mesma razão, nos cursos de ciências omite-se qualquer caracterização do que sejam física, química ou biologia e não há a menor referência às ciências humanas. A preferência pela matemática moderna explica-se porque se trata de exigência presente ao vestibular. Em suma, o Primeiro Grau não tem qualquer autonomia, consistindo num simples apêndice das etapas subsequentes.

Tratando-se de conceber a Escola de Primeiro Grau como terminal, impõe-se rever tais programas. Seriam as seguintes as diretrizes dessa revisão.

1º) A Escola de Primeiro Grau é parte de um todo, no qual se inserem, de forma igualmente destacada, quando se trata de educação, a família e as igrejas. Hábitos saudáveis, disciplina, cumprimento dos deveres escolares não serão alcançados sem a participação da família. De modo que a Escola não pode tudo e precisa dispor de uma visão realista de suas obrigações e das possibilidades de vê-las realizadas. A educação religiosa também é formativa. Contudo, só a família pode realizar essa opção.

2º) A Escola de Primeiro Grau tem o dever intransferível de proporcionar os conhecimentos requeridos para enfrentar a vida moderna e, ao mesmo tempo, facultar a percepção de que está inserido num ambiente cultural estruturado ao longo de cinco séculos, que não pode e não deve ser avaliado de modo simplificador.

3º) Nas primeiras séries-premissa que presumivelmente estenda-se até a quarta série -, a preocupação fundamental não deve ser propriamente com o aprendizado mas com o desenvolvimento de certos hábitos, como da leitura, da participação nos trabalhos de classe, no relacionamento adequado e carinhoso com os colegas, na coordenação motora pela exercitação e notadamente do cumprimento dos "deveres para casa", que não reduza o aprendizado à simples frequência às aulas. Em decorrência dessa diretriz, as disciplinas CIÊNCIAS, HISTÓRIA UNIVERSAL, LÍNGUA ESTRANGEIRA e EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA somente se iniciam na quinta série.

4º) Na medida do possível, a escola deve facultar os meios para que o professor possa utilizar vídeo e outras formas modernas de transmissão do conhecimento bem como

adquirir material que permita a efetivação de experiências científicas simples. A realização sistemática de eventos competitivos - a exemplo das "feiras de ciências" onde os alunos apresentam modelos reduzidos de engenhos diversos - e ainda a visita a grandes empresas, observatórios astronômicos ou locais relacionados à nossa história também desempenham papel formativo de valor excepcional.

* O PAPEL DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E FILOSOFIA

Traçada, assim, de forma resumida a proposta formulada pelo INSTITUTO DE HUMANIDADES, qual seria o papel a ser desempenhado, de imediato, pelo Departamento de Educação e Filosofia da futura Universidade?

A partir dessa proposta, promover um amplo debate, no âmbito da instituição, inicialmente, a respeito de uma reforma curricular referente às primeiras quatro séries do Primeiro Grau. Quanto às últimas quatro séries, pretendemos oferecer antes subsídios para reflexão, no próximo número de AKRÓPOLIS.

Esse debate, além de conscientizar toda a comunidade a respeito da responsabilidade coletiva de abrir caminhos para reverter a atual situação calamitosa em que se encontra o ensino de Primeiro Grau, iria preparando o ambiente cultural para a futura criação do Programa de MESTRADO EM EDUCAÇÃO, com área de concentração em EDUCAÇÃO BÁSICA.

É esse um dos pontos vitais para a consolidação da Universidade que se pretende criar em Umuarama.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- * PROTA, Leonardo. Umuarama e sua Universidade. In: Akrópolis - Revista das FIAPEC, 1(1) Jan/Mar. 1993
- * INSTITUTO DE HUMANIDADES. Curso de Humanidades - Apresentação Geral e Programa das Disciplinas. São Paulo: Instituto de Humanidades, 1992.
- * INSTITUTO DE HUMANIDADES. A Educação para a Cidadania (Compêndio). No prelo.
- * PROTA, Leonardo. Um novo modelo de Universidade. São Paulo: Convívio, 1987.